

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL

Programa Nacional de Apoio à Pesquisa

Thiago Roza Ialdo Montilha

**DAS PÁGINAS DA IMPRENSA ÀS CONFERÊNCIAS NACIONALISTAS: uma
tentativa de construção do perfil político de Olavo Bilac (1897-1918).**

Rio de Janeiro

2016

Resumo: O presente artigo almeja a construção de um perfil político para o intelectual Olavo Bilac, a partir da análise das crônicas que publicou na imprensa de sua época e dos discursos nacionalistas que proferiu durante a sua campanha em favor do alistamento militar obrigatório. A cidade do Rio de Janeiro constitui-se como o espaço privilegiado da proposta em questão e o recorte cronológico adotado é composto pelos anos compreendidos entre 1897 e 1918. Devido à extensão da produção intelectual do autor e a abundância de questões abordadas pelo próprio durante a sua longa trajetória, encaminharemos o nosso trabalho analítico enfocando os seus escritos voltados para algumas temáticas de cunho político e social, especialmente porque as entendemos como detentoras de grande potencial de contribuição para a tarefa de formação do seu perfil político.

Palavras-chave: Bilac; Intelectuais; Política.

Abstract: This article aims to build a political profile for intellectual Olavo Bilac, from a analysis of chronicles that he published in the press of his time and of nationalist speeches that he pronounced during the campaign in favor of military conscription, realized in the 1910's decade. The city of Rio de Janeiro is the privileged space in the present proposal and the reference time frame consists of the years located between 1897 and 1918. Due to wide intellectual production of author and to abundance of issues approached by the own during his long trajectory, we direct our analytic work focusing his texts related to policy and social themes, especially because we understand they have a great potential of contribution for the task of formation of his political profile.

Keywords: Bilac; Intellectuals; Politics.

As décadas finais do século XIX foram significativas para a história brasileira, sendo interessante destacar que no seu decorrer ocorreram profundas transformações em diversos aspectos da vida nacional: em nível político pode-se destacar o recrudescimento do movimento republicano e a queda da monarquia de Dom Pedro II; em nível socioeconômico ocorreram a abolição da escravatura e a transição para o estabelecimento definitivo do sistema capitalista no Brasil; e em âmbito cultural, houve o intenso contato da intelectualidade nacional com as correntes de pensamento que se encontravam em ebulição na Europa já há alguns anos, tais como o darwinismo, o positivismo, o anarquismo, o republicanismo, entre outras mais.

Neste contexto histórico extremamente turbulento, é que podemos encontrar o protagonista de nossa investigação histórica, Olavo Brás Martins dos Guimarães Bilac (1865-1918), que nasceu no transcorrer da Guerra do Paraguai, na cidade do Rio de Janeiro, e se fez um dos homens de letras mais conhecidos da intelectualidade brasileira. Longe de ter sido apenas o principal nome do movimento parnasiano nacional, Olavo Bilac fora um letrado bastante engajado na discussão e na elaboração de diagnósticos e soluções para as principais questões enfrentadas pela sociedade brasileira de sua época. Esta perspectiva, que propõe Olavo Bilac enquanto homem de notório engajamento intelectual, encontra o seu devido respaldo em diversos trabalhos historiográficos, sendo exemplares os desenvolvidos por Antônio Dimas (2006), Magali Engel (2004; 2010), Álvaro Santos Simões Júnior (2007) e Patrícia Hansen (2007). Tais abordagens são fundamentais pelo reconhecimento dado à postura militante de Olavo Bilac e pela atenção prestada às etapas basilares de sua trajetória intelectual, desde os seus momentos iniciais, caracterizados por sua dedicação à poesia e ao jornalismo, até sua maturidade, quando se dedicou às atividades nacionalistas da Liga de Defesa Nacional.

Portanto, já certos quanto ao perfil atuante de Olavo Bilac, sobretudo pelo reconhecimento da diversidade de propostas que elaborou visando à modernização do Brasil e sua conseqüente elevação ao patamar das nações “civilizadas” da Europa, julgamos legítimo explicitar o principal objetivo deste trabalho, sendo ele a tentativa de construção de seu perfil político, a partir da análise de sua produção intelectual, especialmente de seus escritos jornalísticos e dos discursos nacionalistas que proferiu. Enquanto espaço privilegiado em nossa análise, adotamos a cidade do Rio de Janeiro, tendo em vista que Olavo Bilac construiu a sua trajetória de ascensão intelectual em seus limites, o fato de que nela estabeleceu as suas relações de sociabilidade, sobretudo no mundo letrado, e a centralidade que a mesma possuía

em plena virada do século, quando acumulava os *status* de centro político, econômico, financeiro, demográfico e cultural do país. Quanto ao recorte cronológico proposto, este é constituído pelo período compreendido entre 1897 e 1918. O referido marco inicial justifica-se por nele principiar uma produção cronística mais robusta, por parte de Olavo Bilac, em jornais e revistas de maior ou menor porte. Com o decorrer dos anos, o autor carioca passou a colaborar com suas crônicas em vários periódicos de renome, tais como os jornais a *Gazeta de Notícias* e *Correio Paulistano* e a luxuosa revista *Kosmos*. Na década de 10, quando Bilac já havia abandonado o meio jornalístico para se dedicar às conferências que realizou país afora, divulgando bandeiras como o alistamento militar obrigatório e a expansão da instrução popular, encontra-se o desfecho de nosso recorte cronológico, mais precisamente no ano de 1918, que traz justamente a sua morte e, conseqüentemente, o fim de sua carreira intelectual.

No plano teórico adotamos o conceito de *intelectual*, tal como trabalhado por Jean-François Sirinelli (2003), sobretudo porque concebe a atuação do intelectual e sua existência social e profissional como complexas e multifacetadas. O historiador francês afirma ser possível apreender o intelectual através de duas acepções, embora, neste trabalho, assumamos maior inclinação pela perspectiva que valoriza o engajamento. Enfim, segundo Sirinelli, tais acepções seriam

uma ampla e sociocultural, englobando os criadores e os “mediadores” culturais, a outra mais estreita, baseada na noção de engajamento. No primeiro caso, estão abrangidos tanto o jornalista como o escritor, o professor secundário como o erudito. [...] uma segunda definição, mais estreita e baseada na noção de engajamento na vida da cidade como ator – mas segundo modalidades específicas, como por exemplo a assinatura de manifestos – testemunha ou consciência. Uma tal acepção não é, no fundo, autônoma da anterior, já que são dois elementos de natureza sociocultural, sua notoriedade eventual ou sua “especialização”, reconhecida pela sociedade em que vive – especialização esta que legitima e mesmo privilegia sua intervenção no debate da cidade -, que o intelectual põe a serviço da causa que defende. [...] o historiador do político, deve partir da definição ampla, sob a condição de, em determinados momentos, fechar a lente, no sentido fotográfico do termo. (SIRINELLI, 2003, 242-243).

Quanto ao corpo documental que dá substância ao presente trabalho, pode-se dizer que este é composto pelas crônicas publicadas por Olavo Bilac nos periódicos *Kosmos*, *A Bruxa*, *Gazeta de Notícias*, *A Notícia*, *Correio Paulistano* e *O Estado de São Paulo*, e pelos discursos nacionalistas que proferiu durante a década de 1910, todos eles presentes nas obras *A Defesa Nacional*, publicada pela Liga de Defesa Nacional, em 1917, e *Últimas conferências e*

discursos, publicação póstuma da livraria Francisco Alves, de 1924. Cabe destacar que não abdicaremos do maior cuidado possível com as peculiaridades próprias ao *corpus* documental selecionado, especialmente com as fontes oriundas da imprensa, afinal, é forçoso reconhecer que no período abrangido por este trabalho, no qual emergia uma imprensa de grande porte, principalmente nas maiores capitais do país, o setor jornalístico ainda se encontrava bastante vulnerável a influências provenientes de agentes do campo político, sendo ilustrativo destacar o longo posicionamento do *Correio Paulistano* enquanto órgão oficial do Partido Republicano Paulista, precisamente entre 1890 e meados da década de 1950. Todo o referido corpo documental foi coletado e analisado nas dependências da Fundação Biblioteca Nacional, nas seções de “Periódicos” e de “Obras Gerais”, durante os anos de 2015 e 2016, na vigência do Programa Nacional de Apoio à Pesquisa.

Cientes dos obstáculos inerentes à definição do perfil político de Olavo Bilac, tais como a extensão de sua produção intelectual e a enorme diversidade de assuntos que abordou, nos decidimos por conceder maior atenção aos escritos em que enfocou temáticas de cunho político, embora não tenhamos em mente descartar quaisquer outros aspectos apreciados pelo autor carioca e férteis ao presente trabalho. Por outro lado, a trajetória biográfica bilaquiana, as suas nuances mais significativas em termos políticos, bem como os diferentes contextos e processos históricos vividos pelo poeta-jornalista, serão devidamente considerados visando o maior embasamento da análise e um entendimento mais amplo por parte do leitor.

O republicanismo bilaquiano

Tomando o período da juventude bilaquiana como referência, contexto em que encontramos o autor carioca em crescente produção poética, adentrando o ramo jornalístico e frequentando as faculdades de Medicina e Direito, podemos compreender melhor como ocorreu a sua precoce orientação política. A forte penetração de correntes de pensamento democráticas no Brasil, ocorrida durante a segunda metade dos Oitocentos, e a interação de Olavo Bilac com os círculos letrados coevos, sobretudo junto àqueles engajados na queda da monarquia de Dom Pedro II, constituem-se, a nosso ver, como os principais fatores para sua adesão às ideias republicanas. Nos estudos desenvolvidos por Raymundo Magalhães Júnior, principal biógrafo de Olavo Bilac, encontramos alguns vestígios que corroboram com esta proposição, afinal, segundo o autor, durante um encontro dos estudantes de Medicina, ocorrido no Rio de Janeiro, em 1883, o jovem intelectual carioca dera os seus primeiros sinais

de adesão aos ideais republicanos. Na ocasião, Olavo Bilac ainda não havia completado dezoito anos de idade:

Na coleção da *Gazeta Acadêmica*, [...] encontramos as primeiras manifestações do republicanismo de Bilac, na notícia de uma festa de conagração estudantil, realizada no Jardim Botânico a 10 de junho de 1883. Diz tal notícia que ele aí desferira “um canto guerreiro, saudando a futura República Federal Brasileira”. (MAGALHÃES JÚNIOR, 1974, p.27)

Em verdade, o alinhamento de Olavo Bilac ao republicanismo não se limitou ao plano das ideias, pois, como pudemos constatar, durante os anos 1880 ocorrera a sua adesão ao movimento republicano que lutava contra o Império brasileiro. Contudo, em poucas fontes é possível observar o referido engajamento bilaquiano. No meio historiográfico temos Maria Tereza Chaves de Mello fornecendo alguns indícios do envolvimento do autor carioca com a causa republicana. Segundo a autora, o poeta-jornalista marcou presença na invasão à Câmara Municipal, “onde se registrou a Proclamação e se redigiu uma moção do ‘povo’ que foi encaminhada a Deodoro” (MELLO, 2007, p.229), precisamente na tarde de 16 de novembro de 1889. Entretanto, não podemos ignorar que o próprio Olavo Bilac produziu vestígios que nos trazem um pouco mais sobre a sua militância junto aos republicanos. Algumas crônicas que chegou a publicar na imprensa contêm uma minuciosa exposição dos fatos ocorridos no dia da Proclamação, bem como a sua indicação de que teve ativo envolvimento nos mesmos, ao lado de importantes letrados de filiação republicana. Em uma das ocasiões em que abordou o assunto, já no ano de 1907, Olavo Bilac se encontrava entusiasmado com a proximidade das comemorações pelo feriado da Proclamação da República. Atentemos para o fato de que em sua crônica o autor ratifica que participou da invasão à Câmara Municipal e ainda sustenta que tinha ao seu lado conhecidos republicanos, tais como, Silva Jardim e Lopes Trovão:

Lendo hoje o programa dessas festas, deixei-me ficar algum tempo a reconstruir, na memória, todas as horas vibrantes daquele ardente 15 de novembro de 1889. Dia ardentíssimo! fazia um calor... revolucionário! Não houve muito sangue derramado: apenas algumas gotas, caídas do corpo de um futuro senador da República. Mas, em compensação, houve muito suor. Nunca esquecerei em cem anos que viva, os colarinhos empastados, os lenços ensopados, as faces inundadas, com que Lopes Trovão, Silva Jardim, Aníbal Falcão, Mallet, e cem outros invadiram o salão nobre da Intendência Municipal, ao meio dia... A essa hora ainda não estava proclamada a República: nem a essa hora, nem a qualquer outra hora do dia 15... [...] A República Federativa só começou a existir na madrugada de 16. Lembro-me bem que quando, da janela da casa de Deodoro, Benjamim Constant falou à multidão, dizendo que “o povo escolheria a nova forma de governo”, -

Aníbal Falcão gritou de baixo: “Já escolheu!” E durante cinco minutos, os “vivas” à República retumbaram no ar... (BILAC, 15/11/1907, p.1)

Em outra oportunidade, dois anos antes, Olavo Bilac também se dedicou a descrever momentos da Proclamação, dando tons de heroicidade ao episódio e àqueles diretamente envolvidos, com destaque para as suas palavras sobre o papel exercido pelo marechal Deodoro da Fonseca. O ponto de partida de sua abordagem era a notícia de que a casa de Deodoro da Fonseca seria desapropriada em breve. Em sua coluna na *Gazeta de Notícias*, Olavo Bilac deixou claro que os acontecimentos daquele dia comporiam o que chamou por “jornada revolucionária” (BILAC, 8/1/1905, p.1) e que esteve ao lado dos setores civis envolvidos na Proclamação. No trecho destacado já podemos notar o início da vida jornalística do autor e a importância da imprensa como espaço de organização dos republicanos civis. Desde já pedimos desculpas ao leitor pela citação demasiado longa, mas acabamos por constatar que a sua inserção se revelou necessária para não comprometer a coerência da argumentação proposta, assim como a descrição feita pelo autor:

O dia, para os jornalistas, fora trabalhoso e rude. O calor fora cruel. Ao cair da tarde, na sala da *Cidade do Rio*, eu estava extenuado por 12 horas de trabalho contínuo [...]. Lá embaixo, na rua do Ouvidor, a multidão burburinhava: era um mar agitado, tempestuoso, ondulando a perder de vista... Foi a essa hora que entrou na sala da Cidade do Rio, pálido e irritado, com aquele andar coxeante, que sempre teve, e aquele brilho de olhar ardente, que ate a morte conservou, - o nervoso e vibrante Aníbal Falcão. [...] Rodearam-no todos; e quanto a noite caía de todo, e já se acendiam os lampiões da rua do Ouvidor, Aníbal explicava o seu susto: - que havia até aquela hora simplesmente uma revolução vitoriosa... mas quem podia assegurar que a República estivesse feita? uma noite bastaria, talvez, para frustrar todas as esperanças dos republicanos... Os chefes da revolução estavam reunidos em casa de Deodoro; mas ainda ninguém sabia, cá fora, o que se resolvera lá dentro... Que era preciso fazer? ir à casa de Deodoro! [...] Foi assim que se organizou o préstito colossal, que se dirigiu, pouco depois das sete horas da noite, a essa casa do Campo de Santana [...]. Era o segundo préstito, que, na jornada revolucionária, saía da *Cidade do Rio*. (BILAC, 8/1/1905, p.1)

Em relação a Deodoro da Fonseca, um dos “chefes da revolução”, Olavo Bilac não poupou referências positivas à liderança que exerceu durante a Proclamação da República. O sacrifício físico que o marechal fizera foi bastante valorizado, tendo em vista a saúde precária que já apresentava:

Para dirigir o movimento, Deodoro tivera de realizar milagres de energia, de heroísmo físico e moral; e, agora, tomado de dispneia, o marechal sofria tanto, que muitos dos que o cercavam pensaram vê-lo morto antes da ultimização do trabalho [...]. Deodoro, muito pálido, agitava as mãos no ar, agradecendo as ovações. E nunca mais esquecerei o aspecto da figura do grande soldado, naquela noite, com o peito num arquejo que parecia querer romper a farda abotoada, a boca aberta pedindo ar, a bela face de leão demudada pelo sofrimento, e a clara barba oscilando, subindo e descendo, ao esforço do ofego... (BILAC, 8/1/1905, p.2).

A partir das fontes destacadas é possível depreender que Olavo Bilac de fato aderiu, nos planos teórico e prático, às ideias republicanas, sendo exemplar o seu engajamento pessoal nas ações que derrubaram a monarquia de Dom Pedro II e que instalaram a República em terras brasileiras. Por outro lado, especificamente quanto às impressões do autor carioca sobre alguns momentos da Proclamação, entendemos que elas nos permitem afirmar que aquele episódio constituía-se em seu imaginário como uma ruptura fundamental à modernização da vida política brasileira. As referências bilaquianas em tom entusiástico, elogioso e marcadas pela ideia de heroicidade, a nosso ver, são indícios bastante relevantes da enorme significância política que o referido momento histórico teve no pensamento do poeta-jornalista.

Passados os anos militantes da juventude bilaquiana e concretizada a instalação do inédito regime no Brasil, pode-se dizer que o republicanismo do autor carioca assumiu formas interessantes no decorrer de sua trajetória intelectual, sendo marcante a enorme preocupação que constantemente demonstrou com a “vitalidade” da República brasileira. Embora a Proclamação tenha sido bem-sucedida, Olavo Bilac por muitos anos carregou consigo a ideia de que a consolidação do regime republicano ainda se encontrava em curso no país, afinal, o seu entendimento era o de que diversos males ainda obstaculizavam a sua devida consecução.

Uma das questões que mais preocupou a Olavo Bilac foram os conflitos internos que o governo federal teve de enfrentar ainda no início da vida republicana. Sem maiores dúvidas, podemos afirmar que a Guerra de Canudos (1896-1897) foi, aos olhos do poeta-jornalista, o embate interno mais grave ocorrido durante o período republicano. Ciente de que o novo regime ainda se encontrava em afirmação, assim como o primeiro governo civil, chefiado por Prudente de Moraes (1894-1898), o qual teve de enfrentar sérias questões como a forte oposição florianista, Olavo Bilac acabou por interpretar os conflitos de Canudos como uma “guerra civil” extremamente nociva à sobrevivência da República brasileira, sobretudo pela resistência dos fiéis canudenses: “Não se trata, pois, de uma simples rebelião, facilmente dominável. A guerra civil de Canudos é muito mais grave que a do Rio Grande do Sul e a da

revolta naval, - porque é uma guerra feita por fanáticos, por malucos furiosos”. (BILAC, 5/2/1897 apud DIMAS, 2006, p.49). Inclusive, em meio à movimentação política que tomou a capital federal durante os conflitos em Canudos, Olavo Bilac corroborou com a ideia, propagada por grande parte da imprensa, de que os canudenses integravam um movimento de restauração monárquica (HERMANN, 1996, p.13). Enfim, baseado no entendimento de que o arraial de Canudos representava enorme perigo ao nascente regime republicano, Olavo Bilac abertamente reivindicou ao governo federal pela total eliminação do movimento liderado por Antônio Conselheiro, chegando ao ponto de aventar como legítima a possibilidade do mesmo estado de sítio que havia lhe vitimado poucos anos antes, no decorrer do autoritário mandato de Floriano Peixoto (1891-1894)¹. Como constatamos, aos olhos do autor carioca, apenas a “severa repressão” solucionaria o grave problema que Canudos representava:

Por motivos muito menos importantes do que o motivo de agora, já tivemos muitos estados de sítio. E a medida, hoje, impõe-se como uma medida de salvação, - uma vez que é preciso cercar a desforra que se prepara de todas as garantias de sucesso. [...] ninguém tem o direito de ficar calado, e muito menos ainda o direito de gracejar, quando os manejos dos monarquistas estão custando ao Brasil muitas vidas, muito dinheiro e muito crédito. [...] porque nunca estiveram mais assanhados e mais merecedores de severa repressão os que desejam ver estraçalhada a República. (BILAC, 19/3/1897, p.3)

Em verdade, os conselheiristas procuravam no arraial de Canudos uma alternativa de vida para a difícil realidade social do Nordeste, marcada pelo mandonismo local, pelo coronelismo e pela decadência da tradicional economia açucareira, embora também o interpretassem como um “lugar privilegiado, mas não exclusivo, onde, pelo sofrimento e pela vida limpa e piedosa, os sertanejos se preparavam para alcançar o Céu” (MONTEIRO In: FAUSTO, 1977, p. 69). A respeito de Antônio Conselheiro, pode-se dizer que o seu posicionamento era, ao mesmo tempo, o de contrariedade à República estabelecida e o de inclinação favorável pelo regime monárquico deposto, aos seus olhos, o único governo legítimo do país (MONTEIRO In: FAUSTO, 1977, p. 66-67).

Contudo, aos olhos de Olavo Bilac, a afirmação e solidez da República brasileira não poderiam ser resumidas ao estancamento dos graves conflitos internos que marcaram o início de sua vigência no país. Como pudemos constatar, para o autor carioca, outras questões,

¹ De acordo com Álvaro Santos Simões Júnior, Olavo Bilac chegou a ser preso por três vezes, devido a manifestações de oposição ao governo do presidente Floriano Peixoto, o então chamado “Marechal de Ferro” (SIMÕES JÚNIOR, 2007, p.50-54).

especialmente de ordem política, também estariam intimamente relacionadas à “saúde” do regime republicano, sendo possível destacar a problemática hegemonia das oligarquias no cenário político nacional. O fato de que Olavo Bilac construiu boa parte de sua trajetória intelectual em meio ao processo de consolidação da República, nos traz como tarefa básica atentar para os escritos que chegou a produzir sobre a questão das oligarquias no Brasil. Como abordado por vários estudiosos, a afirmação da República em terras brasileiras teve a descentralização política como um de seus aspectos mais marcantes, sendo ela fundamental para a forte autonomia que tais clãs alcançaram naquele contexto:

Com a consagração do sistema federalista, a República brasileira viria a conhecer um longo período de comando pela ação e pelos interesses da política dos estados. Descartada a ameaça do florianismo e sua versão popular, na qual o regime tenderia a adotar uma direção unitária e fortemente centralizada na figura presidencial, foi possível o governo descentralizado dos múltiplos apetites oligárquicos. Aliás, essa perspectiva favorável aos grupos locais encontrava-se presente nos termos da Constituição de 1891 (PENNA, 1999, p. 88-89).

Inclusive, para Sidnei Ferreira de Vares, a descentralização política do período foi importante porque “permitiu às oligarquias ligadas à agroexportação, principalmente a cafeeira, realizar uma série de articulações visando estabilizar o cenário político, marcado por divergências infundas nos primeiros anos republicanos” (VARES, 2011, p.126). A chamada “Política dos governadores”², elaborada no mandato presidencial de Campos Sales (1898-1902), constituiu-se enquanto arranjo político fundamental nesse sentido: para Renato Lessa, com a sua efetivação, a República encontrou a sua definitiva “rotina” (LESSA, 2001, p.53), deixando para trás os atribulados anos da “confusa infância republicana” (LESSA, 2001, p.18).

Completamente inserido neste contexto, sobretudo porque carregava consigo o ofício da análise jornalística, não se pode dizer que Olavo Bilac se esquivou da delicada temática do poder oligárquico, embora seja forçoso o reconhecimento de que o fez em poucas oportunidades. Entretanto, mesmo diante de poucas crônicas e discursos, pudemos apreender nuances importantes para um maior entendimento da complexa perspectiva bilaquiana acerca das oligarquias.

² Segundo Boris Fausto, os principais objetivos deste acordo seriam “reduzir ao máximo as disputas políticas no âmbito de cada Estado, prestigiando os grupos mais fortes; chegar a um acordo básico entre União e Estados; pôr fim às hostilidades existentes entre Executivo e Legislativo, domesticando a escolha dos deputados. O governo central sustentaria os grupos dominantes nos Estados, enquanto estes, em troca, apoiariam a política do presidente da República.” (FAUSTO, 2012, p.222-223).

Como boa parte dos membros do campo intelectual coevo, inclusive, em convergência com letrados de posicionamento político antagônico, sendo exemplar o caso de Lima Barreto, Olavo Bilac revelou possuir uma visão bastante crítica em relação ao poder das oligarquias no regime político republicano. Ainda que a “Política dos governadores” tenha garantido a “rotinização” da República e estabilizado a dominação oligárquica, não cessaram os conflitos entre os diversos clãs espalhados pelo país, os quais comumente derivavam de questões propriamente políticas, tais como as conturbadas disputas eleitorais da época.

Enquanto intelectual extremamente atento e engajado nos principais debates da política brasileira, Olavo Bilac vivenciou de perto as nuances da ascensão das oligarquias no novo regime. Alguns aspectos da hegemonia oligárquica incomodaram bastante ao autor carioca, que não hesitou em problematizá-los e criticá-los quando os interpretou como nocivos à República que tanto apreciava. Embora tenhamos claro que a rotinização do regime republicano se deu pelas mãos das oligarquias, pode-se dizer que a instabilidade e a belicosidade continuaram a caracterizar as relações estabelecidas entre tais clãs e que ambos os pontos foram justamente os mais lamentados pelo poeta-jornalista em sua produção intelectual. Concomitantemente aos eventos da III Conferência Pan-americana, realizada no Rio de Janeiro, em meados do ano de 1906, ocorreram conflitos entre oligarquias rivais, no Estado do Sergipe. Olavo Bilac, enquanto secretário-geral do evento de marca internacional, o que, segundo Álvaro Santos Simões Júnior, “demonstrava seu prestígio perante o barão do Rio Branco” (SIMÕES, 2007, p.61), revelou-se bastante satisfeito com a realização da conferência na capital brasileira, porém, não deixou de externar o seu total desgosto com a ocorrência dos citados confrontos. Através de sua ácida ironia, o poeta-jornalista propôs ao seu leitor que tais conflitos haviam completado o programa da citada conferência:

Parece, porém, que alguma coisa faltava no programa... Parece que não bastaria mostrar aos hóspedes que nos honram com a sua visita, a nossa natureza, a nossa eloquência, a nossa música, a nossa poesia, as nossas lindas mulheres; era preciso mostrar-lhes uma coisa bem nossa, - uma das nossas revoluções. [...] Seria difícil, para completar o programa, organizar uma revoluçãozinha no Rio; e, como a de Mato Grosso já acabou, - os amigos das bernardas andavam tristes e cabisbaixos [...] Felizmente para eles, Sergipe salvou a situação. [...] Precisamos de uma Revolução, para mostrar aos nossos hóspedes o que é esse admirável hábito político da nossa Democracia [...]. E a revolução foi admirável. Um telegrama diz que a força policial de Aracaju assaltou o palácio do Governo, e que o presidente defendeu o seu mandato até a última gota de sangue; - mas outro telegrama afirma que tudo se passou civilizadamente [...]. (BILAC, 12/8/1906, p.5)

Ainda em relação à questão das oligarquias, julgamos que a experiência biográfica de Olavo Bilac teve significativa contribuição na formação de sua ótica a respeito do tema, afinal, como já explicitamos, o autor carioca vivenciou a movimentada transição entre os tempos imperiais e os tempos republicanos, o que temos como elemento basilar para a compreensão que demonstrou acerca da proeminência social e política que tais clãs alcançaram no Brasil. Inclusive, pudemos constatar que Olavo Bilac possuía claro entendimento quanto à longa trajetória das oligarquias em terras brasileiras³ e que as relações familiares serviam como importante alicerce para a perpetuação do seu poder. Entretanto, justamente por tais motivos, pode-se dizer que o autor carioca não tinha maiores expectativas quanto à possibilidade de eliminação do poder oligárquico: através de sua crônica semanal na *Gazeta de Notícias*, Olavo Bilac colocou tais pensamentos publicamente e demonstrou nítida resignação perante a hegemonia oligárquica. A nosso ver, tal abordagem revela-se bastante interessante, especialmente porque complementa o lado crítico da visão bilaquiana sobre as oligarquias e mostra que o engajamento intelectual do autor não encarou o seu poderio com a mesma intransigência demonstrada por outros letrados coevos: a feroz militância literária desempenhada por Lima Barreto (1881-1922), intelectual influenciado pelas doutrinas socialista e anarquista, é exemplar nesse sentido. Para Barreto, as oligarquias, especialmente as paulistas, eram as maiores responsáveis pela grave desigualdade social que afetava o país; de acordo com o autor, “Desde que o governo da República ficou entregue à voracidade insaciável dos políticos de São Paulo, observo que o seu desenvolvimento econômico é guiado pela seguinte lei: tornar mais ricos os ricos; e fazer mais pobres os pobres” (BARRETO, 1918, p.11). Já Olavo Bilac, como frisamos, não tinha o predomínio social e político de tais clãs como elemento inconciliável com as suas expectativas para a República e para a sociedade brasileira; em verdade, a seu ver, as inclinações oligárquicas eram inerentes ao ser humano, de modo geral:

As oligarquias! Aí está o meu assunto obrigatório, Senhora minha. Se absolutamente queres poesia, atira esta gazeta para o lado, e abre qualquer livro de versos. Mas, se a política não te desagrade de todo, continua a ler: verás que a formosura do tempo me deu um otimismo radiante, - e que não sou inimigo das oligarquias, como não sou inimigo de ninguém nem de nada. Uma quadrinha popular, citada em pleno Senado por um legislador,

³Ao tratar das oligarquias, Edgar Carone ratificou em obra clássica: “A sua formação é vária, mas a característica fundamental é a posse da terra [...]. O predomínio absoluto da classe – que vem do Império e subsiste durante toda a Primeira República – é contestado em várias oportunidades, mas, por meio de alianças ou pela força, ela consegue suplantar todos esses momentos incertos, continuando a usufruir sozinha os privilégios do domínio sobre a terra” (CARONE, 1975, p.154).

diz que em Pernambuco quem não é Cavalcanti é cavalgado. A quadrinha é do tempo do Império; suponho que hoje a supremacia dos Cavalcanti, descendentes da mais alta nobreza veneziana, está muito abalada no Recife. Em compensação, outras famílias, nobres ou plebeias, surgiram dominadoras em vários pontos do Brasil. [...] Os republicanos de hoje aliam ao lema “do povo, pelo povo e para o povo” o dístico “Matheus, primeiro os teus!”. E, afinal, que grande pecado há nisso? a família é o núcleo da pátria, a coisa doméstica é a base da coisa pública, - e a boa justiça começa por casa. Sinceramente, considero inútil e vã toda essa campanha que no Senado, na Câmara e na imprensa se está travando contra as oligarquias. Não há na Constituição atual, como não haverá em qualquer outra Constituição que se decretar, um meio de matar as tendências oligárquicas dos homens. Seria preciso para isso matar, no coração humano, o sentimento da família. (BILAC, 31/5/1908, p.5)

Na conclusão de sua crônica dominical, Olavo Bilac demonstrou claramente que entendia as relações familiares como peça basilar à hegemonia das oligarquias, que não era partidário da ideia de total oposição às mesmas e que julgava impossível eliminar o poder que tais clãs haviam alcançado até aquele momento histórico:

Assim, não me irrita muito a existência das oligarquias dos Nery, do Malta, dos Accioly. Só tenho pensado uma coisa: é que o Brasil seja tão pequeno. Maior fosse ele, e outras oligarquias ainda seriam possíveis. Não tem razão os homens ferozes, que, no Senado, na Câmara e na imprensa, arremetem furiosamente contra esses fundadores de “clãs” políticos. Se qualquer destes deixasse parentes sem emprego, - todos diriam: “Fulano é um homem sem entranhas! [...]” Aí está o que diriam todos de qualquer destes chefes de tribo, se o não vissem distribuir pelos parentes todos os empregos públicos. [...] E, ademais, toda esta oposição é platônica e inútil. Quem é capaz de desenraizar do Ceará, do Amazonas e das Alagoas os Accioly, os Nery e os Malta? Nem um terremoto, nem um cataclismo, nem o Diabo! E, mal que não tem remédio, remediado está. (BILAC, 31/5/1908, p.5)

Em suma, para além da contrariedade demonstrada pelo autor em relação ao belicoso e instável domínio oligárquico, consideramos legítimo afirmar que a resignação também marcou o posicionamento bilaciano perante tal questão. A nosso ver, é fundamental a constatação de que oposição e resignação habitaram a perspectiva de Olavo Bilac a respeito do tema, sobretudo porque evidencia que o pensamento político do autor não tomou as oligarquias como elemento completamente incompatível com as suas projeções propriamente republicanas. Na verdade, algumas reflexões desenvolvidas por Bilac, especificamente em sua produção jornalística, nos permitem reconhecer que em sua ótica política houve espaço para as oligarquias, porém, em condições diferentes das explicitadas até o momento. Em linhas

gerais, pode-se dizer que o fator que levou Olavo Bilac a apreciar a atuação de algumas oligarquias, foi a sua constatação de que as ações políticas de tais clãs convergiam com as suas projeções de modernização social do país. Sobre este aspecto é importante destacar que o poeta-jornalista considerava a realidade brasileira bastante problemática, principalmente porque a julgava como nocivamente afetada por graves questões, tais como o crônico analfabetismo popular, a falta de saneamento básico, uma profunda desigualdade social, entre outras mais. A seu ver, era fundamental solucioná-las através de reformas modernizadoras, afinal, a sua devida consecução supostamente asseguraria a inserção do país nos trilhos do progresso e da civilização. Como constatado em diversas crônicas publicadas em periódicos cariocas e paulistas, aos olhos de Olavo Bilac, os clãs atuantes no Estado de São Paulo se encontravam em convergência com tais propostas de viés modernizador e, por isso, seriam positivos para o país. Segundo indicações do próprio Olavo Bilac, que em várias ocasiões chegou a escrever laudatoriamente sobre a conduta política das oligarquias paulistas, as suas administrações investiam em áreas basilares ao futuro da sociedade brasileira, tais como a instrução popular (BILAC, 1/4/1908, p.1), a higiene pública (BILAC, 1/3/1903, p.1), a urbanização (BILAC, 3/3/1901, p.1) e a segurança pública (BILAC, 21/5/1908, p.1). Sobre o último quesito, em sua coluna *Diário do Rio*, publicada no *Correio Paulistano*, o poeta-jornalista destacou, em tom nitidamente elogioso, a iniciativa do governo paulista de trazer uma missão militar francesa para orientar o aprimoramento de suas forças policiais; na crônica em questão temos como evidente que Olavo Bilac estabelece a capital paulista como modelo de modernidade e referência em gestão pública para o restante do país:

S. Paulo já me habituou às surpresas do seu progresso. Venho aqui de ano em ano, - e já sei, ao saltar no Brás, que virei encontrar coisa nova, ou o aperfeiçoamento de uma coisa antiga, - uma afirmação admirável da energia paulista. [...] S. Paulo, com a organização da sua força policial, está dando a todo o Brasil uma lição. Não é a primeira, - e não será a última. É preciso dizer estas coisas com a máxima franqueza, - e sem melindres de vaidade bairrista – porque, afinal, S. Paulo é um pedaço do Brasil, e a sua glória e o seu progresso ficam incorporados no patrimônio comum, formando parte integrante do progresso e da glória de toda a nação. Só se compreende que um país possua força militar, quando essa força tem a educação física e disciplinar que a Missão francesa deu a S. Paulo. (BILAC, 21/5/1908, p.1)

Quanto ao republicanismo de Olavo Bilac e seu engajamento pela vitalidade e consolidação da República brasileira, ainda temos a destacar a importância que o referido autor atribuiu ao exercício do voto democrático, tema constantemente analisado em sua

produção jornalística e, a seu ver, direito fundamental, especialmente por suas implicações para a realidade política contemporânea.

Em linhas gerais, pode-se dizer que durante o período republicano o direito ao voto em grande parte se caracterizou pela precariedade e limitação: os mais variados fatores contribuíram para tal cenário, sendo possível destacar a corrupção eleitoral, à época comumente encabeçada pelos chefes políticos coevos, dentre eles, os famosos “coronéis”, e a restrição ao voto⁴ dos iletrados, o que impedia o comparecimento às urnas da maior parte das classes populares, seguramente as mais atingidas pela falta de serviços públicos na área da educação básica. O breve panorama fornecido pelo historiador Boris Fausto, é bastante ilustrativo quanto às condições de exercício do voto no período da Primeira República:

O voto não era secreto e a maioria dos eleitores estava sujeita à pressão dos chefes políticos, a quem tratava também de agradar. Como se isso não bastasse, havia a fraude eleitoral através da falsificação de atas, do voto de mortos, dos estrangeiros, etc. Essas distorções não eram, aliás, novidade, representando o prolongamento de um quadro que vinha da Monarquia. Apesar de tudo algumas ressalvas devem ser feitas. Comparativamente, o comparecimento eleitoral cresceu em relação ao Império. [...] Além disso, nem todas as eleições para presidente foram uma simples ratificação de um nome. Houve bastante disputa nas eleições de 1910, 1922 e 1930, quando se elegeram, respectivamente, Hermes da Fonseca, Artur Bernardes e Júlio Prestes. (FAUSTO, 2012, p. 226)

Enquanto intelectual engajado e profundo conhecedor das nuances da política brasileira, Olavo Bilac certamente teve contato com as diversas mazelas que tanto afetaram o pleno exercício do voto em sua época. Principalmente nos periódicos em que atuou, o autor carioca muito escreveu a respeito, e, a nosso ver, as crônicas que chegou a publicar, recheadas de denúncias e protestos, diretos ou indiretos, ratificam a sua posição de vigilante militância intelectual perante os abusos nocivos à precária cidadania política vigente, assim como a sua condição de testemunha ocular que jamais passou indiferente a questões como a repressão violenta aos eleitores, o afastamento popular em relação às urnas, a compra de votos, entre outras mais. A falsificação de títulos foi uma das corrupções eleitorais mais praticadas durante o período republicano e que Olavo Bilac demonstrou ter conhecido de perto em seu cotidiano de cidadão carioca. O primeiro contato do autor com tais fraudes pode ser constatado em crônica publicada na *Gazeta de Notícias*; na ocasião, segundo Bilac, em sua própria casa

⁴ Vale destacar que a Constituição de 1891 estabeleceu outras restrições ao voto, sendo também excluídos das urnas: os menores de vinte e um anos de idade, mendigos, mulheres, soldados rasos, indígenas e integrantes do clero.

havia recebido um homem que dissera ter a intenção de ser indicado a um letrado amigo do autor e candidato a cargo político. Em sua narrativa, Olavo Bilac afirma que o homem lhe mostrou diversos títulos que carregava consigo e que o próprio confirmou a falcatrua ao ser questionado se os seus respectivos donos estariam vivos: “Isso não tem importância, Sr. doutor! Quem vota com estes papéis é a minha gente...” (BILAC, 15/2/1903, p.1). Enfim, Olavo Bilac tinha total clareza de que tais práticas, a exemplo das fraudes, eram determinantes para o descrédito das votações perante a população apta ao voto, bem como para o seu afastamento em relação ao exercício do mesmo. Após eleições ocorridas próximas ao feriado de Finados, o alvo da engajada pena bilaquiana foi a violência contra o eleitor, a qual, segundo o próprio autor, se constituiria enquanto outro fator importante para o distanciamento popular das votações:

O dia das eleições não aumentou o número dos mortos que daí a quarenta e oito horas tinham de ser visitados. Nem um só cidadão faleceu, no seu posto de eleitor, à beira da urna, vitimado pelo seu fervor cívico. [...] O candidato mais votado não logrou obter seiscentos votos; pelas notícias da apuração parece averiguado que somente seis mil cidadãos – se tanto! – foram meter cédulas dentro das urnas: os outros cidadãos, que vivem, trabalham ou vadiam, gozam ou penam, aborrecem-se ou divertem-se nesta cidade, não acharam que um curto passeio às seções eleitorais fosse um bom emprego para as primeiras horas da manhã de domingo. (BILAC, 6/11/1904, p.1).

Destas observações podemos depreender naturalmente que um dos pontos mais caros à ótica política bilaquiana era o crescimento da participação eleitoral, uma vez que, como o próprio autor indicou, a legitimidade em um regime democrático não poderia ser conquistada com eleições esvaziadas. Embora tenhamos nos deparado com palavras bilaquianas favoráveis à alfabetização como condição legal para o voto ⁵, o que certamente restringia a participação política da maior parte das classes populares ⁶, então maciçamente analfabetas, entendemos que tal posicionamento do autor não inviabiliza a nossa proposição de que o seu pensamento

⁵ Em crônica publicada na *Gazeta de Notícias*, em outubro de 1905, Olavo Bilac demonstrou a sua concordância com a exigência legal da alfabetização para o acesso ao voto. Às vésperas de eleições na capital, o autor carioca não somente evidenciou o grande valor que concedia ao exercício do voto, mas ratificou que contava com a presença dos eleitores que considerava como “válidos”, ou seja, os alfabetizados. Na ocasião, assim afirmou Olavo Bilac: “Que o eleitor saiba escolher com independência e critério o seu candidato, ou que prefira dar ou vender um voto a um incapaz, - pouco importa! O que importa é que todo homem válido, sabendo ler e escrever, queira deste modo afirmar a sua vontade de ser cidadão, de ser eleitor, de ser alguém” (BILAC, 1/10/1905, p.5).

⁶ Segundo José Murilo de Carvalho, a alfabetização como condição para o exercício do voto na Primeira República, demonstrava a disposição das classes dirigentes de excluir das instâncias decisórias justamente as camadas menos favorecidas da população, afinal, era seu intuito manter os baixos níveis de participação política e “Percebera-se que, no caso brasileiro, a exigência da alfabetização, introduzida em 1881, era barreira suficiente para impedir a expansão do eleitorado” (CARVALHO, 1987, p.43-44).

político era favorável à expansão do acesso às urnas, especialmente porque temos claro que a difusão da instrução primária foi defendida pelo próprio no decorrer de toda a sua trajetória intelectual, inclusive, como instrumento para formação de cidadãos politicamente participativos (BILAC, 8/1/1905, p.1-2). De qualquer forma, como proposto anteriormente, Olavo Bilac tinha claro para si que votações vazias não atendiam aos seus ideais republicanos e afetariam até a legitimidade dos mandatos eleitos através das mesmas:

Mil cento e quarenta e um votos! Pois é possível que nesta população de menos de um milhão de almas, numa cidade que se preza de ser inteligente e esperta, ainda hajam encontrado mil cento e quarenta almas, bastante crédulas e bastante inocentes, que tenham tomado a sério uma eleição municipal? Por mim, confesso que, se me viessem um dia dizer: ‘O senhor foi ontem eleito conselheiro municipal’, eu acreditaria logo estar diante de um mistificador [...]. (BILAC, 31/1/1904, p.1).

Portanto, mesmo diante do complexo cenário político e social da época, Olavo Bilac atribuiu valor diferenciado ao direito democrático de voto e à sua expansão; em primeiro lugar, em nível individual, demonstrando entendê-lo como o principal instrumento possuído pelo cidadão para eleger políticos comprometidos com os anseios da coletividade, embora tenha dado várias amostras de que enxergava a maior parte dos eleitores como negligentes em relação às implicações inerentes ao não-comparecimento às urnas, afinal, “quando há eleições, nem tomamos a responsabilidade de eleger os incapazes, e deixamos que eles se elejam a si mesmos. Depois, é que é a grita, é que é a maldição, é que é a fúria [...]” (BILAC, 13/11/1904, p.1); em segundo lugar, levando em conta justamente o constante lamento bilaquiano diante da rarefeita presença popular nos momentos eleitorais, pode-se dizer que, aos olhos do intelectual carioca, o massificado exercício do voto era também basilar pela legitimação simbólica que traria para os governos e agentes em disputa no cenário político coevo, mas, principalmente, para o *status quo* republicano e seu caráter democrático. A nosso ver, ao analisar a volumosa requisição de diplomas eleitorais, ocorrida em setembro de 1905, Olavo Bilac indicou, embora nas entrelinhas de sua explanação, que a adesão popular ao voto teria enorme importância simbólica, sendo ela detentora de valor fundamental para a ordem republicana que tanto apreciava:

É justo, penso eu, incluir a notícia de tal acontecimento entre as notícias de tantas festas. Que pode haver, de mais alegre e mais agradável, do que esse entusiasmo, com que trinta mil cidadãos se atiraram à conquista dos Diplomas? Também isso foi uma festa. Foi uma festa do patriotismo! Já se

não dirá que somos uma imensa manada de carneiros indiferentes. [...] Por mim, declaro que não acho perfeita a nova lei da qualificação: eu já lhe encontrei uma boa porção de defeitos, e tive a franqueza de apontá-los, - o que me valeu algumas descomposturas... Mas, boa ou má, a lei existe, e o povo correu a aproveitar-se dela, alistando-se: teremos, pelo menos, vinte mil eleitores. E isso quer dizer que não teremos doravante o desgosto de saber que há, por exemplo, um deputado eleito por três votos: o seu, o do compadre, e o do filho mais velho. (BILAC, 1/10/1905, p.5)

A título de síntese, pode-se dizer que a adesão do autor carioca às ideias republicanas foi bastante precoce, fato evidente em sua comprovada participação na derrubada da monarquia de Dom Pedro II; contudo, a militância republicana de Olavo Bilac adquiriu contornos mais amplos após a Proclamação, afinal, ainda que restrita ao âmbito das atividades letradas, a partir deste ponto o seu engajamento intelectual se voltou para o debate crítico de questões que tinha como fundamentais à consolidação da República, incluindo desde assuntos de ordem propriamente política, como o poder das oligarquias, até temáticas relacionadas ao campo do simbólico, a exemplo da importância do direito democrático de voto.

Deste modo, julgamos que o alinhamento republicano de Olavo Bilac constitui-se em ponto sobre o qual não paira dúvida em se tratando da orientação política que assumiu e defendeu no decorrer de sua extensa trajetória intelectual, sendo fundamental ressaltar que em sua militância o autor carioca jamais se limitou ao âmbito teórico; muito pelo contrário, as ruas e, posteriormente, a imprensa foram os principais espaços que utilizou em sua luta cotidiana pelo definitivo estabelecimento do regime republicano no Brasil. Na etapa final de sua carreira, passada a preocupação com a afirmação da República em bases sólidas, as lutas de Olavo Bilac assumiram tonalidade mais nacionalista e se voltaram para outras questões que considerou caras à sociedade brasileira, principalmente o alistamento militar obrigatório e a instrução das camadas populares.

As questões da instrução popular e do alistamento militar obrigatório

Durante toda a sua carreira de homem de letras, Olavo Bilac demonstrou em diversas oportunidades que carregava consigo o diagnóstico, bastante difundido nos meios letrados e políticos coevos, de que a sociedade brasileira seria marcada pelo atraso em relação ao mundo europeu dito civilizado: a nosso ver, a referida perspectiva bilaquiana pode ser facilmente constatada ao observarmos a profunda admiração que o intelectual cultivava pela cidade de

Paris ⁷ e a sua interpretação de que haveria enorme distância entre o desenvolvimento desta última e o da cidade do Rio de Janeiro: “Livre-me Deus da pretensão de querer comparar o Rio de Janeiro a Paris... Paris é Paris: e não sei se existe atualmente ou se haverá ainda, na face da Terra, alguma cidade que se lhe compare ou que se lhe possa algum dia comparar” (BILAC, 1/1905, p.3).

No decorrer de sua vida intelectual, Olavo Bilac dedicou-se ao tratamento de várias problemáticas que não somente muito lhe preocuparam, mas que teriam grande responsabilidade no diagnóstico do atraso brasileiro em relação à Europa; entretanto, nos debruçando sobre tais reflexões do autor, decidimos por focar o crônico analfabetismo popular e a desorganização das forças militares nacionais, não tanto pela abundância de escritos sobre ambas as questões, mas principalmente pela profundidade das análises desenvolvidas por Olavo Bilac, as quais certamente trazem desdobramentos importantes para a construção do seu perfil político. Enfim, pode-se dizer que as duas temáticas foram constantemente abordadas na produção intelectual bilaquiana através de forte indignação, afinal, o entendimento frequentemente demonstrado pelo autor carioca era o de que os governantes brasileiros não se dedicavam em solucioná-las e, deste modo, apenas atrapalhavam a viabilização do progresso do país. Enquanto intelectual extremamente consciente em relação às grandes questões e mazelas de seu tempo, Olavo Bilac enxergava nos cenários nacional e internacional motivos suficientes para interpretar como graves os problemas do analfabetismo popular e da precária organização das forças armadas brasileiras.

Em primeiro lugar, a respeito da questão de âmbito militar, podemos afirmar que o principal motivo para a preocupação bilaquiana com a referida esfera residia no processo de expansão imperialista, vigente no continente europeu desde a segunda metade do século XIX e catalisador da Primeira Guerra Mundial (1914-1918) já no início do século XX. Olavo Bilac acompanhava as contendas imperialistas com bastante atenção, sendo exemplares as observações críticas que chegou a tecer sobre a Guerra dos Bôeres (1899-1902), a qual envolveu britânicos e colonos de origem holandesa, tendo como motivação central disputas territoriais na África do Sul (BILAC, 8/10/1899, p.1). Em linhas gerais, o imperialismo, especialmente os seus traços de belicismo e expansionismo muito inquietaram a Olavo Bilac, que possuía total lucidez quanto ao “apetite” das potências europeias. Segundo o autor,

⁷ Segundo Álvaro Santos Simões Júnior, “Porém, de todas as cidades conhecidas por Bilac, nenhuma superava Paris, que o poeta visitou pela segunda vez em 1904 e de onde remetia suas crônicas, em que expressou seu encantamento com as belezas da cidade, com a intensidade da sua vida intelectual, com o grande teatro da *Comédie Française* e com a difusão da alfabetização” (SIMÕES JÚNIOR, 2007, p. 209).

Ainda vem longe o dia em que os monstruosos tubarões da Europa sintam a necessidade de comer-se uns aos outros: na África, na Ásia, na América, ainda há muitas tribos de selvagens pretos, e muitas hordas de índios, e muitos povos pequenos e fracos, que podem servir de opíparos almoços, lautos jantares e ceias pantaguélicas para a bulimia formidável da Inglaterra, da Alemanha, da França e da Rússia. (BILAC, 12/11/1908, p.2)

Como podemos depreender, Olavo Bilac não concebia o Brasil como território distante ou esquecido pela lógica de conquista inerente à expansão imperialista, daí a origem de sua preocupação com a voracidade das potências europeias. Certamente influenciado pelo contexto em questão e dedicado à proposição de soluções concretas para a vulnerabilidade do país, em suas reflexões o autor acabou por interpretar e propor a regulamentação do alistamento militar obrigatório como a medida mais eficaz para garantir a segurança nacional. Como constatado, os primeiros momentos da proposição bilaquiana do serviço militar compulsório ocorreram durante a carreira jornalística do autor, contexto em que as análises que desenvolveu apresentaram finalidades estritamente políticas e militares, mais precisamente, o fortalecimento das forças armadas nacionais e a garantia da soberania brasileira. Vale destacar que, apesar de sua forte crença na importância do recrutamento militar, Bilac tinha claro para si mesmo que tal medida era histórica e largamente rejeitada por boa parte da população brasileira, afinal, “É fato incontestável que todo o brasileiro, de certa cultura, prefere morrer a ser soldado” (BILAC, 27/10/1907, p.1). Por outro lado, não é possível deixar de ressaltar que o autor carioca se revelou totalmente contrário a quaisquer isenções na aplicação do serviço militar, possibilidade existente desde os tempos imperiais. Segundo Bilac, permitir tais exceções, que chegaram a ser debatidas para sua inclusão na lei do sorteio militar de 1907 e que abrangeriam religiosos, funcionários públicos e diplomados, faria com que “a classe única, que vai empunhar o ‘pau furado’, e fazer faxina, e apanhar soalheiras e chuvaradas, e ‘aprender a morrer’, é a classe dos humildes [...]” (BILAC 27/10/1907, p.1). Em suma, “essas exceções são simplesmente odiosas e ridículas. E desse modo, a organização das nossas forças armadas continuará a ser uma vã esperança e um irrealizável projeto” (BILAC 27/10/1907, p.1). De todo modo, certo é que, para Bilac, o alvorecer do século XX aparecia como perigoso e o alistamento militar como a melhor maneira de se precaver diante de possíveis ameaças externas: ao comentar os debates que ocorreram na Câmara, no ano de 1901, a respeito de outro projeto de lei que visava regulamentar o serviço militar, Olavo Bilac explicitou a importância que atribuía à proposta fazendo clara referência à ideia da prevenção; em sua opinião,

Seria bom, decerto, que ninguém tivesse necessidade de se preparar para a guerra... Mas o futuro é um saco de mistérios, e o dia de calma é a véspera do perigo. Não há de ser com o recrutamento feito às pressas, no momento do perigo, que a nação se armará para defender a sua vida e a sua honra. (BILAC, 9/6/1901, p.1)

Em relação ao analfabetismo popular, Olavo Bilac seguramente o entendia como uma das piores mazelas sociais a serem enfrentadas pelo país, devido à extensão da população iletrada, bem como pelas nefastas consequências que poderia trazer para o progresso da sociedade brasileira. Segundo Ferraro e Kreidlow, as taxas do analfabetismo brasileiro pouco variaram na transição entre o final do século XIX e o início do século XX; de acordo com o censo de 1872, o percentual de analfabetos naquele contexto era de 82,3%; já no censo de 1920, a taxa caiu em apenas onze pontos, indo para aproximados 71,2% (FERRARO; KREIDLOW, 2004, p.185). Tais dados nos permitem compreender mais facilmente o porquê do enorme incômodo que Olavo Bilac tantas vezes manifestou quando se colocara a analisar a questão do analfabetismo no Brasil. Algumas considerações que teceu sobre a Revolta da Vacina, ocorrida na capital federal, em novembro de 1904, demonstram a gravidade que atribuía ao problema do analfabetismo, o qual, em sua ótica, comprometeria qualquer possibilidade de uma vida social autônoma por parte do brasileiro e até a nossa própria existência enquanto povo: “em todo o Brasil, os analfabetos são legião. E não há “povo”, onde os analfabetos estão em maioria. Quem não sabe ler, não vê, não raciocina, não vive: não é homem, é um instrumento passivo e triste” (BILAC, 11/1904, p.3).

Em verdade, tal como o alistamento militar, a questão do iletramento popular também fora tratada por Bilac no decorrer de toda a sua trajetória, e, como o próprio autor indicou por meio de sua produção intelectual, a histórica falta de soluções para sua eliminação geraria diversos efeitos extremamente nocivos à sociedade brasileira. Dentre os levantados pelo autor, destacam-se a exclusão social (BILAC, 24/3/1907, p.1)⁸, a proliferação da desordem (BILAC, 20/11/1904, p.1)⁹ e até o enfraquecimento do regime republicano, o qual não

⁸ Em crônica publicada na *Gazeta de Notícias*, na qual abordou fatos peculiares ocorridos durante a viagem do general Roca ao Brasil, Olavo Bilac ratificou não somente o seu posicionamento totalmente contrário ao preconceito racial, mas também o seu entendimento de que o analfabetismo era fator determinante para a exclusão social sofrida pelos negros no contexto pós-Abolição: “Nós todos costumamos dizer, com uma bazófia retumbante, que não desprezamos a raça negra, que a incorporamos dignamente em nossa civilização, que a não perseguimos nem a exterminamos. Não a exterminamos pelas armas, - é certo. Mas não é menos certo que a deixamos desmoralizar-se, bestializar-se pela falta de trabalho e pelo analfabetismo. E não é menos certo ainda que a tratamos sempre com desdém” (BILAC, 24/3/1907, p.1).

⁹ No contexto da citada Revolta da Vacina, Olavo Bilac abertamente veiculou a sua interpretação de que o analfabetismo popular carregaria consigo grande potencial para geração da desordem social, a qual poderia se materializar através de movimentos de revolta popular, como o ocorrido em novembro de 1904: “E eu

poderia “florescer e frutificar bem, num país que conta no seu seio mais de dez milhões de analfabetos” (BILAC, 8/1/1905, p.2).

Como a própria abordagem bilaquiana denota, a principal solução apontada pelo autor para a eliminação do analfabetismo residiria em uma expansão educacional de nível primário que abarcasse as camadas populares, proposta que Olavo Bilac começou a defender durante os seus anos de atuação no jornalismo opinativo. A ausência de políticas públicas voltadas para a viabilização da instrução popular foi assunto recorrente para a crítica jornalística bilaquiana; uma sólida amostra do valor que o intelectual atribuía à difusão da educação primária se encontra na pública cobrança que fizera, em outubro de 1905, ao então candidato à presidência Afonso Pena, devido à falta de propostas para a área em sua plataforma de governo. Nas páginas da *Gazeta de Notícias*, Olavo Bilac se manifestou de maneira bastante objetiva àquele que em breve seria eleito presidente do Brasil:

Mas e o tempero da instrução pública? [...] só há ali uma referência vaga à instrução secundária e superior e nenhuma referência à instrução primária. [...] Ora, o que eu devo, como cidadão e como homem, dizer ao eminente autor da “plataforma” é isto: “Desculpe-me Vossa Excelência, - mas é preciso, enquanto é tempo, carregar a mão neste tempero! Nós não temos, no Brasil, vários problemas temerosos; temos um só, mas temerosíssimo problema: o da instrução. O problema da instrução não é um problema: é O Problema. O Brasil é uma agremiação de analfabetos [...]!” (BILAC, 15/10/1905, p.5)

A nosso ver, duas facetas compuseram a expansão educacional vislumbrada por Olavo Bilac, as quais pudemos captar em formas mais elaboradas justamente em meio às crônicas que publicou no início de sua carreira intelectual, sendo elas, a defesa do princípio da obrigatoriedade do ensino¹⁰ e a proposta de participação da União no fornecimento da

perguntava a mim mesmo, embrutecido pelo espanto, que mágoa, que ressentimento, que receios, e que despeito pudera levar esta gente a um ato de tão completa insensatez, obrigando todo o Brasil a perder em um dia o que ganhara em quinze anos, revoltando-se contra um governo que só quer dar luz, avenida, saúde, árvores, limpeza, dignidade ao povo, dando dignidade aos que querem trabalhar, provendo os lares de pão, preparando a grandeza futura da pátria, que só ainda não é grande e bela por ser suja e despovoada... [...] E não há também em todas as cidades, como há aqui, uma tão considerável massa de gente ignorante, não sabendo ler nem escrever, e sempre disposta, pelo seu analfabetismo, a ouvir e a aceitar todas as desbragadas mentiras que os exploradores lhe impingem. Se esta cidade não estivesse tão cheia de analfabetos, ninguém lograria convencer a pobre gente ingênua das estalagens que o governo queria vaciná-los com caldo de ratos mortos de peste...” (BILAC, 20/11/1904, p.1).

¹⁰ No decorrer do Segundo Reinado, mais precisamente em meados dos anos 1850, a proposta de ensino obrigatório já circulava nos meios políticos coevos (NASCIMENTO, 1997, p.94-95). Daí em diante, pode-se dizer que foram elaborados vários projetos para o seu estabelecimento legal no país, tanto no período monárquico, sendo exemplar a Reforma Leôncio de Carvalho, datada de 1879 (NASCIMENTO, 1997, p.95), quanto no período republicano, com destaque para a Reforma Sampaio Dória, de alcance estadual, surgida em 1920, no Estado de São Paulo (SAVIANI, 2008, p.175). Vale lembrar que neste mesmo contexto emergiu o

educação primária. Em relação à primeira bandeira, pode-se dizer que, aos olhos do intelectual carioca, a sua devida aplicação seria fundamental à garantia de formação intelectual e à consequente transformação do perfil da população brasileira, a qual entendia como ainda maciçamente distante dos padrões esclarecidos compatíveis com o alvorecer da modernidade. Em meio às duras críticas do autor à citada Revolta da Vacina, encontramos clara referência à ideia de que a instrução primária obrigatória poderia evitar aquele tipo desastroso de acontecimento, especificamente porque seria capaz de tornar a população não somente esclarecida, mas ordeira e, em última instância, civilizada. Assim,

se tratássemos já e já de decretar a instrução primária obrigatória, pondo a gente pobre e humilde a coberto da exploração dos que especulam com a sua ignorância, nem haveria levantes militares, nem haveria *Port Arthur* de sicários, nem gente bem intencionada mas inculta se amotinaria contra a vacinação. (BILAC, 20/11/1904, p.1)

Em relação à segunda, julgamos que a intensa defesa travada pelo autor devia-se ao seu entendimento de que os governos estaduais não possuíam vontade e capacidade suficientes para garantir a expansão educacional. Plenamente ciente de que a Constituição de 1891 atribuía aos Estados o encargo da educação básica, Bilac tinha claro para si que apenas uma radical mudança na divisão de tais responsabilidades poderia abrir caminho para a instrução das camadas mais humildes, certamente as mais afetadas pela falta de serviços públicos propriamente educacionais. Em crítica clara aos políticos contrários à participação federal na educação primária, Olavo Bilac chegou a levantar a possibilidade de reforma constitucional nas páginas da *Gazeta de Notícias*, visando principalmente o pleno acesso popular ao espaço escolar de nível básico:

Há, porém, no Brasil, imensos tratos de terra em que não floresce uma só escola. A instrução primária, estupidamente confiada pela Constituição ao governo dos Estados, definha e desaparece de dia em dia. [...] Os estadistas alegam: “nada se pode ter, porque a União não pode chamar a si o encargo de espalhar a instrução...” Não pode, por quê? Porque a Constituição o proíbe?... Ah! deixai-me rir desta Constituição, tantas vezes violada e prostituída, como uma pobre herveira, quando é preciso atender a interesses políticos, e unicamente inviolável, como uma Lucrecia, quando se trata de

movimento do escolanovismo, propondo novos métodos de ensino, contribuindo para a especialização do campo educacional brasileiro e defendendo a obrigatoriedade da educação, sem deixar de lado outras bandeiras como a laicidade e a gratuidade escolar. No famoso Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, publicado em 1932, fica explícito o significado da obrigatoriedade do ensino para os integrantes do movimento.

salvar a nacionalidade brasileira! E, se de todo não a querem violar, por que é que a não reformam?... (BILAC, 13/5/1906, p.5)

Em linhas gerais, temos como legítimo afirmar que seria equivocado dissociar as reivindicações bilaquianas pela participação da União no processo de instrução popular do seu engajamento pela obrigatoriedade do ensino primário no Brasil, sobretudo porque certamente era claro para o autor que ambas as bandeiras convergiriam para a eliminação do analfabetismo no país. A nosso ver, não seria exagerado depreender que, para Olavo Bilac, não haveria uma verdadeira eficácia, em nível social, no estabelecimento legal de uma medida sem a aprovação da outra, ou seja, na aplicação da obrigatoriedade da educação primária sem a intervenção do governo federal no seu fornecimento aos analfabetos. Por outro lado, não podemos deixar de ressaltar que as propostas bilaquianas para a instrução popular revelam que a perspectiva do intelectual concebia como fundamental uma intensa participação do Estado na empreitada da expansão educacional, o que seguramente nos permite deduzir que o ensino do âmbito privado não era entendido por Bilac como o mais adequado ao tamanho da tarefa e às condições socioeconômicas que caracterizavam a maior parte da população brasileira.

Ao adentrar a década de 1910, o pensamento e a militância de Olavo Bilac assumiram forte traço nacionalista, mudança esta que atribuímos às influências exercidas pelo contexto histórico da Primeira Guerra Mundial, o qual inclinou boa parte da intelectualidade brasileira, assim como o autor carioca, para um posicionamento de maior dedicação ao tratamento das grandes questões nacionais: de acordo com Lúcia Lippi de Oliveira, o confronto de proporções mundiais foi determinante para a “revisão dos padrões intelectuais brasileiros. Após sua eclosão, reacendeu-se a necessidade de pensar o Brasil do ponto de vista brasileiro” (OLIVEIRA, 1990, p.126). As atividades cívicas que Bilac desenvolveu na segunda metade dos anos 10, sendo elas, a campanha nacional que liderou em favor do alistamento obrigatório, iniciada em outubro de 1915, sob indicação de membros do governo federal (MAGALHÃES JÚNIOR, 1974, p. 365), e a sua participação na criação da Liga de Defesa Nacional ¹¹, fundada em setembro de 1916, são exemplos importantes deste novo momento de sua trajetória intelectual.

¹¹ A Liga de Defesa Nacional foi criada no dia 7 de setembro de 1916, data especialmente escolhida em consonância com a celebração do aniversário da Independência do Brasil. Os fundadores da liga foram Olavo Bilac (1865-1918), Pedro Lessa (1859-1921) e Miguel Calmon (1879-1935). Contudo, vale destacar que outros nomes importantes integraram o projeto da LDN, tais como: Miguel Couto (1864-1934), Rui Barbosa (1849-1923), Cândido Gaffrée (1844-1919), Guilherme Guinle (1882 -1960), Jorge Street (1863-1939), General José Caetano de Faria (1855-1920), Alexandrino Faria de Alencar (1848-1926) e o Conselheiro Francisco de Paula Rodrigues Alves (1848-1919).

Neste contexto em que o engajamento bilaquiano assumiu cores mais radicais e nitidamente nacionalistas, as propostas de implantação do alistamento militar obrigatório e instrução das camadas populares passaram a ser defendidas de maneira ainda mais intensa pelo intelectual carioca. Visando à concretização de ambas as empreitadas, Olavo Bilac forneceu contundentes amostras de que tinha nas classes socialmente privilegiadas da época os seus principais aliados, perspectiva que podemos verificar pelo fato de que suas conferências constituíram-se em ocasiões voltadas para um público restrito, seguramente mais elitizado, tendo ocorrido em locais como repartições oficiais, academias literárias, artísticas e científicas, faculdades, banquetes comemorativos e sedes de organizações militares e civis, tais como batalhões e redações de jornais e revistas. No discurso que proferiu para estudantes de Belo Horizonte, em agosto de 1916, Olavo Bilac já anunciava a Liga de Defesa Nacional como fundada e ao mesmo tempo identificou quais seriam os seus “patrocinadores” e aliados diretos:

A Liga da Defesa Nacional, fundada no Rio de Janeiro, é patrocinada pelos mais belos nomes do país, entre os quais o meu apenas serve para realçar, pela sua pequenez, a grandeza dos outros. Verdadeiros estadistas e políticos, educadores, juizes, juriscultos, velhos servidores do Exército e da Marinha, comerciantes, industriais, agricultores, publicistas, representantes de todas as classes produtoras e dirigentes estão à frente desta aliança de vontades, centro de conselho e persuasão, de estímulo e conforto. (BILAC, 1924, p.169)

Uma análise cuidadosa dos discursos bilaquianos nos permitiu chegar à importante constatação de que, nesta etapa final de sua carreira, Olavo Bilac construiu sólidas relações entre as bandeiras da instrução popular e do serviço militar obrigatório. Em nosso entendimento, o principal fator determinante para o surgimento desta nova perspectiva bilaquiana reside na dilatação dos objetivos que o autor carioca atribuiu ao alistamento militar. Todavia, é fundamental destacar que tal posicionamento assumido por Olavo Bilac deve ser entendido como intimamente relacionado às propostas defendidas pelos Jovens Turcos, grupo de militares que estagiou na Alemanha e que demonstrara notório engajamento em prol da modernização do Exército brasileiro e do estabelecimento do serviço militar. Tais militares iniciaram a sua atuação no ano de 1912 e já em 1913 fundaram a revista *A Defesa Nacional*, veículo por meio do qual difundiriam as suas ideias, inclusive, o amplo papel¹² que

¹²No número de lançamento da revista, já constava em seu editorial a relevância que vislumbravam para o Exército brasileiro naquele contexto: “nas nacionalidades nascentes como a nossa, em que os elementos mais

concebiam para o Exército no cenário brasileiro contemporâneo. Exemplo claro da influência que os Jovens Turcos exerceram sobre o pensamento bilaquiano, consta na definição que atribuíram à noção de defesa nacional, a qual acabara sendo incorporada por Olavo Bilac em termos extremamente semelhantes. Segundo Leonardo Trevisan, com o grupo dos Jovens Turcos “A Defesa Nacional passou a ter novos princípios: todos os aspectos da vida do país importam, desde a preparação militar até o desenvolvimento de indústrias estratégicas, como a siderúrgica” (TREVISAN, 1985, p.27). Olavo Bilac também definiu a noção de defesa nacional abarcando praticamente toda a vida social do país, ou seja, nitidamente alinhado à perspectiva dos militares reformadores com os quais seguramente estabeleceu contato¹³. Em discurso intitulado justamente *A Defesa Nacional*, o autor detalhou para o público presente:

Desejo compendiar, numa linguagem singela, os intuitos da Liga da Defesa Nacional, que fundamos, e pretendo definir o que é “a defesa nacional”. E não sei se conseguirei dar com bastante clareza esta definição. O problema é imenso e complexo. Já disse, na sessão da instalação da Liga, que a defesa nacional é tudo para a nação: “É o lar e a pátria; a organização e a ordem da família e da sociedade; todo o trabalho, a lavoura, a indústria, o comércio; a moral doméstica e a moral política; todo o mecanismo das leis e da administração; a economia, a justiça, a instrução; a escola, a oficina, o quartel; a paz e a guerra; a história e a política, a poesia e a filosofia; a ciência e a arte; o passado, o presente e o futuro da nacionalidade.” (BILAC, 1917, p. 125-126).

A nosso ver, o alargamento das funções do serviço militar, o qual marcara o pensamento bilaquiano em sua etapa de teor fortemente nacionalista, nos permite concluir que a expansão educacional acabara sendo entendida pelo autor como mais um potencial inerente à aplicação do citado alistamento compulsório. As palavras de Olavo Bilac a respeito foram bastante descritivas e indicam, de maneira clara, que a alfabetização em massa incluía-se entre as múltiplas capacidades que atribuiu ao recrutamento militar. Entretanto, deve-se atentar para o fato de que os potenciais do alistamento compulsório tinham as camadas populares como alvo privilegiado:

variados se fundem apressadamente para a formação de um povo, o Exército, única força verdadeiramente organizada no seio de uma tumultuosa massa efervescente, vai às vezes um pouco além dos seus deveres profissionais para tornar-se, em dados momentos, um fator decisivo de transformação política ou de estabilização social” (A DEFESA NACIONAL, 1913, p. 1).

¹³ Indício de que Olavo Bilac muito provavelmente estabeleceu contato com os Jovens Turcos consta no fato de que manteve convivência com o General José Caetano de Faria (1855-1920), que exerceu o cargo de vice-presidente na Liga de Defesa Nacional e foi colaborador na revista *A Defesa Nacional*.

Que é o serviço militar generalizado? É o triunfo completo da democracia; o nivelamento das classes; a escola da ordem, da disciplina, da coesão; o laboratório da dignidade própria e do patriotismo. É a instrução primária obrigatória; é a educação cívica obrigatória; é o asseio obrigatório, a higiene obrigatória, a regeneração muscular e psíquica obrigatória. As cidades estão cheias de ociosos descalços, maltrapilhos, inimigos da carta de “abc” e do banho, - animais brutos, que de homens têm apenas a aparência e a maldade. Para esses rebotinhos da sociedade a caserna seria a salvação. A caserna é um filtro admirável, em que os homens se depuram e apuram: dela saíam conscientes, dignos, brasileiros, esses infelizes sem consciência, sem dignidade, sem pátria, que constituem a massa amorfa e triste da nossa multidão... (BILAC, 1917, p. 7)

Por outro lado, devemos ressaltar que, apesar da idealização de fortalecimento do Exército, Olavo Bilac em variadas ocasiões deixara claro que a sua defesa do serviço militar possuía viés democrático, realidade evidente não somente na ideia de “triunfo completo da democracia”, mas principalmente na introdução do trecho supracitado, onde se estabeleceu como anti-militarista e ratificou que o recrutamento obrigatório serviria justamente à democratização da realidade social e política do Brasil:

Nunca fui, não sou, nem serei um militarista. E não tenho medo do militarismo político. O melhor meio para combater a possível supremacia da casta militar é justamente a militarização de todos os civis: a estratocracia é impossível, quando todos os cidadãos são soldados. (BILAC, 1917, p. 7)

Em termos sintéticos, Olavo Bilac jamais diminuiu a importância e a singularidade das questões da instrução popular e do alistamento obrigatório, embora tenha demonstrado no decorrer da belicosa década de 10, maior inclinação pela proposta de cunho militar, justamente porque passou a entendê-la como viabilizadora em potencial de tarefas que julgava prementes à sociedade brasileira, a exemplo da própria expansão educacional que tanto defendera desde a sua juventude. Areladas entre si ou não, temos como certo que ambas as temáticas possuíram lugar privilegiado no pensamento bilaquiano, especialmente porque teriam decisiva contribuição em processos como a transformação da realidade social do país, o fortalecimento da República e a construção da defesa nacional. Em verdade, tendo Bilac como partidário da ideia de que a sociedade brasileira se encontrava atrasada em relação ao mundo moderno europeu, entendemos como plenamente legítimo afirmar que a sua interpretação concebia a expansão educacional e o alistamento militar como propostas imprescindíveis à consecução do processo civilizatório do país. Ao se dirigir a estudantes

gaúchos, em conferência realizada na cidade de Porto Alegre, Olavo Bilac desenvolvera a sua perspectiva de maneira alinhada ao referido sentido, através de palavras claramente convocatórias e tendo como foco a importância da instrução popular e do recrutamento obrigatório:

Sede Brasileiros sempre! E, sendo instruídos, sede fortes; sede soldados do Brasil! Procurando deturpar o que, há um ano, disse aos moços de São Paulo, alguém inventou que indiquei o quartel como o único laboratório da regeneração do caráter... Nunca disse isto, porque, felizmente não sou um espírito desvairado. Espírito desvairado é o que maquinou esta necessidade... Quero e sempre quis a instrução e a defesa do país pelos livros e pelas armas. Quero a escola dentro do quartel, e o quartel dentro da escola. A segurança das pátrias depende da inteligência e da força: o estudo defendendo a civilização, e a disciplina defendendo o estudo. (BILAC, 1924, p.200).

Um perfil político para Olavo Bilac

É forçoso reconhecer a dificuldade inerente à tarefa de construção de um perfil político para Olavo Bilac, que teve a sua trajetória intelectual marcada principalmente pela diversidade de áreas de atuação profissional. Algumas características da carreira do autor carioca trouxeram maior complexidade à proposta, dentre as quais podemos destacar o quantitativo de escritos que publicou, sobretudo de crônicas jornalísticas, afinal, foram quase vinte anos de dedicação diária à imprensa, bem como a enorme variedade de temáticas que abordou no seu cotidiano de constante engajamento intelectual.

Debruçados sobre a produção bilaquiana mais voltada para temáticas de cunho político e social e ao mesmo tempo atentos às nuances que caracterizaram a sua consagrada trajetória, pudemos chegar à conclusão de que Olavo Bilac desenvolveu o seu engajamento intelectual em tempos de transição e afirmação, mais precisamente, em meio aos processos de queda da monarquia e de estabelecimento do inédito regime republicano no Brasil. Inserido neste contexto histórico extremamente agitado, no qual interesses diversos colocaram em conflito variados setores da sociedade brasileira, o autor carioca manteve-se em permanente atividade intelectual, marcada pela intensa participação nos debates mais caros aos campos político e intelectual de sua época.

A nosso ver, Olavo Bilac deve ser compreendido não somente como intelectual filiado ao republicanismo emergente no último quartel do Oitocentos, mas fundamentalmente como letrado de notório engajamento na definitiva afirmação da ordem republicana e na elaboração

de soluções concretas para as questões que considerou as mais prementes à complexa realidade social brasileira, sendo exemplar a sua intensa militância pela instrução das camadas populares e pela obrigatoriedade do alistamento militar. Desde a sua juventude no meio jornalístico até a maturidade experimentada nas conferências cívico-nacionalistas, Olavo Bilac estabeleceu-se como homem de letras que privilegiou a publicização de suas ideias sobre as temáticas que interpretara como determinantes para o futuro do país no mundo moderno, tais como a consolidação do regime republicano, a transformação do perfil da população brasileira e a organização da defesa nacional, o que certamente incluía a profissionalização das forças militares do país.

O multifacetado intelectual, diante da turbulenta transição entre os tempos imperiais e os novos tempos republicanos, assumiu o lado do inédito regime político, certo de que aquela mudança era apenas uma das diversas questões a serem enfrentadas para que a sociedade brasileira, marcada pelo analfabetismo de sua população, pela fraqueza de seus exércitos, pela falta de saneamento básico e pelo instável domínio oligárquico, se tornasse moderna e civilizada, tal como as potências europeias que tanto elogiou. Entre a conservação da antiga ordem imperial e a tentativa de construção de novos tempos democráticos, Olavo Bilac apostou todas as suas fichas não apenas na República, mas na possibilidade de transformação da realidade nacional, para a qual contribuiu de maneira significativa ao amplificar no espaço público reflexões sobre temáticas muitas vezes ignoradas pela sociedade da época. Mesmo quando tomado por cores mais radicais e nacionalistas, pode-se dizer que o pensamento bilaquiano não se alterou em suas bases republicanas, nem desviou de seus objetivos básicos de modernização do país. Em suma, temos claro que as crônicas jornalísticas e os discursos bilaquianos compõem o testemunho de um intelectual que possuiu aguda consciência do complexo contexto histórico em que vivera e que se propôs à profunda modificação de suas estruturas, especialmente através de uma intensa militância no campo das idéias.

Fontes consultadas na seção de Obras Gerais:

BILAC, Olavo. **A Defesa Nacional**. Rio de Janeiro: Edição da Liga da Defesa Nacional, 1917.

_____. **Últimas conferências e discursos**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1924.

Fontes consultadas na seção de Publicações Seriadas:

- BILAC, Olavo. **A Bruxa**, Rio de Janeiro, 19 mar. 1897. *Política*, n.58, p.3; 6.
- _____. **Gazeta de Notícias**, Rio de Janeiro, 8 out. 1899. *Crônica*, n.281, p.1.
- _____. **Gazeta de Notícias**, Rio de Janeiro, 3 mar. 1901. *Crônica*, n.62, p.1.
- _____. **Gazeta de Notícias**, Rio de Janeiro, 9 jun. 1901. *Crônica*, n.160, p.1.
- _____. **Gazeta de Notícias**, Rio de Janeiro, 15 fev. 1903. *Crônica*, n. 46, p.1.
- _____. **Gazeta de Notícias**, Rio de Janeiro, 1 mar. 1903. *Crônica*, n.60, p.1.
- _____. **Gazeta de Notícias**, Rio de Janeiro, 31 jan. 1904. *Crônica*, n.31, p.1.
- _____. **Gazeta de Notícias**, Rio de Janeiro, 6 nov. 1904. *Crônica*, n. 311, p.1.
- _____. **Gazeta de Notícias**, Rio de Janeiro, 13 nov. 1904. *Crônica*, n. 318, p.1.
- _____. **Gazeta de Notícias**, Rio de Janeiro, 20 nov. 1904. *Crônica*, n.325, p.1.
- _____. **Kosmos**, Rio de Janeiro, nov. 1904. *Crônica*, n.11, p.3-4.
- _____. **Kosmos**, Rio de Janeiro, jan. 1905. *Crônica*, n.1, p.3-4.
- _____. **Gazeta de Notícias**, Rio de Janeiro, 8 jan. 1905. *Crônica*, n.8, p.1-2.
- _____. **Gazeta de Notícias**, Rio de Janeiro, 1 out. 1905. *Crônica*, n. 274, p.5.
- _____. **Gazeta de Notícias**, Rio de Janeiro, 15 out. 1905. *Crônica*, n.288, p.5.
- _____. **Gazeta de Notícias**, Rio de Janeiro, 13 mai. 1906. *Crônica*, n. 132, p.5.
- _____. **Gazeta de Notícias**, Rio de Janeiro, 12 ago. 1906. *Crônica*, n.223, p.5.
- _____. **Gazeta de Notícias**, Rio de Janeiro, 24 mar. 1907. *Crônica*, n.83, p.1.
- _____. O Pau Furado. **Correio Paulistano**, São Paulo, 27 out. 1907, n.15.878, p.1.
- _____. 15 de novembro. **Correio Paulistano**, São Paulo, 15 nov. 1907, n.15.897, p.1.
- _____. **Correio Paulistano**, São Paulo, 1 abr. 1908. *Diário do Rio*, n.16.034, p.1.
- _____. **Correio Paulistano**, São Paulo, 21 mai. 1908. *Diário do Rio*, n.16.083, p.1.
- _____. **Gazeta de Notícias**, Rio de Janeiro, 31 mai. 1908. *Crônica*, n.152, p.5.
- BILAC, Olavo. **A Notícia**, Rio de Janeiro, 12 nov. 1908. *Registro*, n.263, p.2.

Referências bibliográficas:

A Defesa Nacional – Revista de Assuntos Militares, Rio de Janeiro, 10 out. 1913. Editorial, n.1, p.1.

BARRETO, Afonso Henriques de Lima. No ajuste de contas... **A.B.C.**, Rio de Janeiro, 11 mai. 1918, n.166, p.11-13.

CARONE, Edgar. **A República Velha I** – Instituições e classes sociais. 3ª ed. São Paulo: Difel, 1975.

CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados**: o Rio de Janeiro e a república que não foi. São Paulo: Cia. das Letras, 1987.

DIMAS, Antônio. **Bilac, O Jornalista**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, Edusp, Editora da Unicamp, 2006, 3 v.

ENGEL, Magali Gouveia. Modernidade, dominação e resistência: as relações entre capital e trabalho sob a ótica de João do Rio. **Revista Tempo**, Niterói, n. 17, p.53-78, abr. 2004. Disponível em: <http://www.historia.uff.br/tempo/artigos_dossie/artg17-4.pdf> Acesso em 18 dez. 2015.

_____. A Liga de Defesa Nacional e a construção da hegemonia burguesa no Brasil. **E-Latina** - Revista Electrónica de Estudios Latinoamericanos, Buenos Aires, vol. 8, n. 30, p. 3-18, jan./mar. 2010. Disponível em: <<http://www.iealc.fsoc.uba.ar/hemeroteca/elatina30.pdf>> Acesso em: 20 dez. 2015.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 14ª ed. São Paulo: EDUSP, 2012.

FERRARO, Alceu Ravello; KREIDLOW, Daniel. Analfabetismo no Brasil: configuração e gênese das desigualdades regionais. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 29, n.2, p. 179-200, jul/dez 2004. Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/25401>>. Acesso em: 19 jul. 2016.

HANSEN, Patrícia Santos. **Brasil, um país novo**: literatura cívico-pedagógica e a construção de um ideal de infância brasileira na Primeira República. 2007. 253 f. Tese (Doutorado) - FFLCH/USP, São Paulo, 2007.

HERMANN, Jacqueline. Canudos destruído em nome da República. Uma reflexão sobre as causas políticas do massacre de 1897. **Revista Tempo**, Niterói, vol. 2, nº 3, p.81-105, 1996. Disponível em: <http://www.historia.uff.br/tempo/artigos_dossie/artg3-4.pdf> Acesso em: 29 mai. 2016.

LESSA, Renato. A invenção da República no Brasil: da aventura à rotina. In: CARVALHO, Maria Alice Rezende de. (Org.) **A República no Catete**. Rio de Janeiro: Museu da República, 2001, p.11-58.

MAGALHÃES JÚNIOR, Raymundo. **Olavo Bilac e sua época**. Rio de Janeiro: Ed. Americana, 1974.

MELLO, Maria Tereza Chaves de. **A República Consentida**. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

MONTEIRO, Duglas Teixeira. Um confronto entre Juazeiro, Canudos e Contestado. In: FAUSTO, Boris. (Org.) **História geral da civilização brasileira**. Rio de Janeiro: Difel, 1977. Tomo III, cap.2, vol. 2, p.39-92.

NASCIMENTO, Terezinha A. Quaiotti Ribeiro do. **Pedagogia Liberal Modernizadora**. Campinas: Editora Autores Associados, 1997.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **A questão nacional na Primeira República**. São Paulo, Brasiliense: 1990.

PENNA, Lincoln Abreu. **República brasileira**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 2ª ed. Campinas: Autores Associados, 2008.

SIMÕES JÚNIOR, Álvaro Santos. **A Sátira do Parnaso**. São Paulo: Ed. UNESP, 2007.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René (org.). **Por uma história política**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. Cap. 8, p. 242-243.

TREVISAN, Leonardo. **O que todo cidadão deve saber sobre o pensamento militar brasileiro**. São Paulo: Editora Global, 1985.

VARES, Sidnei Ferreira de. A dominação na República Velha: uma análise sobre os fundamentos políticos do sistema oligárquico e os impactos da Revolução de 1930. **História: Debates e Tendências**, Passo Fundo, v. 11, n. 1, p. 121-139, jan./jun. 2011. Disponível em: <<http://seer.upf.br/index.php/rhdt/article/view/2491>>. Acesso em: 15 mai. 2016.